

Diana Bioenergia  
Avanhandava S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de março de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Diana Bioenergia Avanhandava S.A.  
Avanhandava - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 7 (g) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura seus ativos biológicos a valor justo, deduzidos das despesas de venda, e essa mensuração requer julgamento crítico na determinação de premissas, que incluem, entre outras, preço futuro do açúcar, produtividade do canavial e taxa de desconto. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na determinação da mensuração desse valor poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo dos ativos biológicos.</li><li>▪ Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, e a comparação com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado.</li><li>▪ A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, especificamente em relação às premissas utilizadas para calcular o valor justo dos ativos biológicos e a análise de sensibilidade.</li></ul> <p>Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua mensuração, o saldo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019.</p>

## Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 7(e) e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O crédito tributário é essencialmente oriundo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social é registrado na medida em que a Companhia considera provável que irá gerar lucro tributável futuro. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. O valor dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises das projeções de lucros tributáveis futuros disponibilizados pela Companhia.</li><li>▪ A avaliação da razoabilidade das bases de prejuízos fiscais de impostos de renda, base</li></ul>

futuros, o que pode impactar substancialmente as demonstrações financeiras. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

negativa de contribuição social da Companhia.

- Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas às expectativas de preço de venda das *commodities*, custos operacionais e administrativos e a consistência dessas premissas com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.
- A avaliação da sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparação dos orçamentos aprovados para o exercício findo em 31 de março de 2019 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.
- A avaliação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.
- A avaliação ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização dos prejuízos fiscais e base negativa não utilizados reconhecidos como ativos fiscais diferidos.
- A avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, principalmente as relativas às expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019.

## Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de junho de 2018, sem modificação.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 17 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug

Contador CRC 1SP246035/O-7

## Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.162	28.578	Fornecedores	17	22.118	27.255
Contas a receber de clientes	9	1.023	2.438	Empréstimos e financiamentos	18	91.734	88.180
Estoques	10	23.796	26.098	Debêntures a pagar	19	6.343	6.269
Ativos Biológicos	11	22.812	30.117	Impostos e contribuições a recolher	20	5.104	3.678
Adiantamentos a fornecedores	12	17.349	11.521	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	8	8
Impostos a recuperar	14	5.273	12.220	Salários e férias a pagar		4.368	4.925
Ativo fiscal corrente	15	427	424	Adiantamentos de clientes	22	4.460	19.297
Instrumentos financeiros derivativos	31	503	-	Mútuos com partes relacionadas	13	200	6.587
Outros ativos		1.015	1.510	Instrumentos financeiros derivativos	31	815	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>100.360</b>	<b>112.906</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>135.150</b>	<b>156.199</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Fornecedores	13	6.785	7.256
Depósitos judiciais e outros		694	666	Empréstimos e financiamentos	18	50.529	48.110
Impostos a recuperar	14	52	138	Debêntures a pagar	19	16.250	23.750
Aplicações financeiras		3.097	4.100	Impostos e contribuições a recolher	20	3.226	391
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>3.843</b>	<b>4.904</b>	Tributos diferidos	15	1.760	11.208
Imobilizado	16	174.405	162.842	Provisão para contingências	21	499	678
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>178.248</b>	<b>167.746</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>79.049</b>	<b>91.393</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	23		
				Capital social		59.987	5.187
				Reserva legal		113	113
				Ajuste de avaliação patrimonial		47.122	48.521
				Prejuízos acumulados		(42.813)	(20.761)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>64.409</b>	<b>33.060</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>214.199</b>	<b>247.592</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>278.608</b>	<b>280.652</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>278.608</b>	<b>280.652</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	24	183.677	157.210
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	(95)	1.936
Custos dos produtos vendidos	25	<u>(163.583)</u>	<u>(146.629)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.999</b>	<b>12.517</b>
Despesas de vendas	26	(8.775)	(7.806)
Despesas administrativas e gerais	26	(14.421)	(17.821)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	<u>1.233</u>	<u>3.210</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos</b>		<b>(1.964)</b>	<b>(9.900)</b>
Receitas financeiras	28	3.615	1.912
Despesas financeiras	29	(22.710)	(14.481)
Variação cambial líquida	30	<u>(12.172)</u>	<u>(2.372)</u>
<b>Receitas (despesas) financeiras e variação cambial, líquidas</b>		<b><u>(31.267)</u></b>	<b><u>(14.941)</u></b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social contribuição social</b>		<b><u>(33.231)</u></b>	<b><u>(24.841)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>9.780</u>	<u>9.674</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<b><u>(23.451)</u></b>	<b><u>(15.167)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>	<u>(23.451)</u>	<u>(15.167)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(23.451)</u></u>	<u><u>(15.167)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de abril de 2017</b>		<b>5.187</b>	<b>113</b>	<b>50.993</b>	<b>(8.066)</b>	<b>48.227</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(2.472)	2.472	-
Resultado do exercício		-	-	-	(15.167)	(15.167)
<b>Saldos em 31 de março de 2018</b>		<b>5.187</b>	<b>113</b>	<b>48.521</b>	<b>(20.761)</b>	<b>33.060</b>
Integralização de capital	23	54.800	-	-	-	54.800
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.399)	1.399	-
Resultado do exercício		-	-	-	(23.451)	(23.451)
<b>Saldos em 31 de março de 2019</b>		<b>59.987</b>	<b>113</b>	<b>47.122</b>	<b>(42.813)</b>	<b>64.409</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		(23.451)	(15.167)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	16	7.173	7.560
Depreciação de Plantas Portadoras	16	13.848	1.077
Consumo Ativo Biológico	11	22.001	36.842
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		13.852	13.225
Resultado na alienação de imobilizado		1.566	2.663
Mudança no valor justo do ativo biológico		95	(1.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(9.780)	(9.674)
Instrumentos financeiros derivativos		312	110
Juros e variações cambiais	18/19	26.382	15.795
Reversão de provisão para contingências		(179)	537
Ajuste a valor recuperável dos estoques		(1.379)	1.382
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		1.415	1.518
Estoques		(10.171)	(19.259)
Adiantamentos a fornecedores		(5.828)	(4.621)
Impostos a recuperar		7.030	(2.337)
Aplicações financeiras		1.003	(4.100)
Outros créditos		495	2.316
Depósitos judiciais e outros		(28)	(2)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		(5.608)	(10.355)
Impostos e contribuições a recolher e outros		4.593	(1.999)
Salários e férias a pagar		(557)	735
Adiantamentos de clientes		(14.837)	9.801
Mútuo partes relacionadas		3.113	6.587
Juros pagos	18/19	(16.575)	(13.995)
<b>Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>14.484</b>	<b>16.703</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Ativo biológico - tratos culturais	11	(22.485)	(21.563)
Aquisição do imobilizado	16	(26.454)	(20.867)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(48.939)</b>	<b>(42.430)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital social	23	45.300	-
Empréstimos e financiamentos tomados	18/19	104.661	95.428
Empréstimos e financiamentos pagos	18/19	(115.921)	(48.550)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>34.040</b>	<b>46.879</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(416)</b>	<b>21.152</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		28.578	7.426
No fim do exercício		28.162	28.578
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(416)</b>	<b>21.152</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcool, açúcar, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

No exercício findo 31 de março de 2019, 66% da cana-de-açúcar foi de produção própria, sendo 18% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias, 23% em área de acionista e 59% em áreas de parceria agrícola, sendo seu mix industrial foi de 36,4% para a produção de açúcar e 63,6% à produção de etanol.

A Companhia apresentou em 31 de março de 2019 excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 34.790 (R\$ 43.293 em 31 de março de 2018), o que demonstra melhora nos índices de liquidez corrente, e adicionalmente, apurou prejuízo líquido no período no montante de R\$ 23.451 (R\$ 15.167 em 31 de março de 2018), substancialmente ocasionado por variação cambial de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Vale lembrar que a Companhia não utiliza contabilização de *hedge accounting*.

Amparada em seu plano de negócios a administração da Companhia tomou e está tomando medidas para equalizar o seu fluxo de caixa operacional de curto prazo, tais medidas podem ser assim sumariadas:

- (i) Investimentos em manejo varietal, com plantio de MPB (muda pré brotada), o que garante um canavial mais sadio e livre de infestações, conforme planejamento varietal apropriado para o tipo de solo;
- (ii) Redução de 25% do quadro de funcionários, passando de 0,7 colaboradores por cada 1.000 toneladas de cana moída para 0,5 colaboradores por cada 1.000 toneladas de cana moída, o que representa uma redução em torno de R\$ 10 milhões. Juntamente com esta medida, houve também redução do número de consultorias, de 37 para apenas 6, representando uma redução de R\$ 2 milhões. Totalizando assim uma redução total de R\$ 12 milhões anuais;
- (iii) Emissão de uma debênture com a XP Investimentos, com taxa de juros de CDI + 4% e vencimento em final em 2.022, a qual obteve 100% de aceitação do mercado sendo integralmente captada em março de 2018;

- (iv) A principal acionista da Companhia, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, possuía uma propriedade agrícola que estava fora do nosso raio de atuação, especificamente na região de Araçatuba com área de 1.797 ha, que foi vendida pelo valor de R\$ 45.300, cujo valor foi integralizado na Companhia afim de melhorar a liquidez e aproveitar oportunidades de aquisição de cana-de-açúcar na região;

Para o próximo exercício, as seguintes ações estão sendo tomadas pela Companhia de forma a continuar a equalizar seu fluxo de caixa operacional de curto prazo, tais como:

- (i) Operação de captação em negociação junto ao BNDES no valor de R\$ 55.600.
- (ii) 3ª Emissão de debênture junto a XP Investimentos, com taxa de juros de CDI + 5,25% e vencimento final em 2021 no valor de R\$ 10.000;
- (iii) Negociações de rolagem da dívida de curto prazo junto as demais instituições financeiras credoras, as quais já estão pré aprovadas.

Todas as operações citadas acima, foram efetivadas a critério dos acionistas e da diretoria, para adequação da estrutura de capital da Companhia, objetivando o aumento da liquidez corrente e a saúde financeira da Companhia.

Além das medidas supra citadas, a Companhia celebrou um contrato com a CPFL, para implementação de uma cogeração de energia elétrica de 12 mil megawatt por safra, que entrou em funcionamento a partir do dia 01/08/2019. Sobre a venda de energia elétrica, estimada em R\$ 3.800 por ano, não existe nenhum outro custo além de impostos, sendo assim, a receita esperada irá proporcionar um aumento de lucro da Companhia. Além deste fator, a cogeração irá agregar valor ao patrimônio da Companhia e melhorar o processo industrial.

## **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 6.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 17 de junho de 2019. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 31** - Instrumentos financeiros.

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.f** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 21** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### ***Mensuração a valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

## **6 Mudanças nas principais políticas contábeis**

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2018). A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo.

### **(i) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**

A principal mudança resultante da adoção do CPC 47 decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5)

reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substituiu o CPC 17 - Contratos de Construção e o CPC 30 - Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Administração adotou essa nova norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

As estimativas de perda de valores não têm impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que os produtos da Companhia não oferecem garantias, assim como as perdas de crédito esperadas não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de crédito mantidas pela Companhia. (vide nota explicativa 9).

**(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**(iii) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de abril de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de abril de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Classificação original de acordo com o IAS 39 (CPC 38)</b>	<b>Nova classificação de acordo com o IFRS 9 (CPC 48)</b>	<b>Valor contábil original de acordo com o CPC 38</b>	<b>Novo valor contábil de acordo com o CPC 48</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	16.931	16.931

Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	15.747	15.747
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.438	2.438
Adiantamento a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.521	11.521
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.510	1.510
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b><u>48.147</u></b>	<b><u>48.147</u></b>
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	34.511	34.511
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	136.290	136.290
Debêntures a pagar	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	30.019	30.019
Adiantamento de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	19.297	19.297
Mútuo com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.587	6.587
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b><u>220.435</u></b>	<b><u>220.435</u></b>

**(iv) *Impairment de ativos financeiros***

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A Companhia não identificou impactos relevantes quanto ao *impairment* dos ativos financeiros.

**6.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2019. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva para períodos sociais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada em IFRS é permitida apenas para entidades que aplicam o CPC 47 em ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06(R2).

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, retrospectivamente, com efeito cumulativo. A Companhia utilizará como expediente prático a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares, porém considerando a vida útil residual de cada contratual e a definição se a taxa deverá ser nominal ou real. Ainda há discussões técnicas que podem impactar relevantemente os efeitos iniciais de adoção da referida norma, tal como o tratamento de créditos fiscais na determinação do passivo.

A Companhia optou pela abordagem de efeito cumulativo como metodologia de transição, ou seja, sem a necessidade de reapresentação de informações comparativas. Os cálculos serão baseados no passivo de arrendamento na data de transição.

#### **Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2));
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC

## **7 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa nº 6.

### **a. Receita operacional**

#### ***Venda de bens***

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 24. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa nº 6. A adoção resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados e não foram identificados ajustes materiais naquela data devido a esta nova norma.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a

capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**c. Moeda estrangeira**

***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

**d. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios

econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos de manutenção**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	<b>2019 - % ao ano</b>
Terrenos e edificações	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	3,42%
Veículos	6,54%
Máquinas e implementos agrícolas	7,99%
Móveis e utensílios	7,42%
Benfeitorias	1,92%
Computadores e periféricos	12,51%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

**i. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de abril de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de abril de 2018*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de abril de 2018*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de abril de 2018*

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
  - Ativos financeiros mantidos para negociação;
  - Instrumentos derivativos de hedge; ou
  - Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Capital social**

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

**j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

*Política aplicável a partir de 1º de abril de 2018*

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

*Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

*Política aplicável antes de 1º de abril de 2018*

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

***Ativos financeiros disponíveis para venda***

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

**(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Provisão para ajuste do preço de cana**

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	8.778	16.931
Aplicações financeiras	19.384	11.647
	<u><b>28.162</b></u>	<u><b>28.578</b></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As

aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 31.

## 9 Contas a receber clientes

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a receber de clientes	1.875	2.763
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	<u>(852)</u>	<u>(325)</u>
	<b><u>1.023</u></b>	<b><u>2.438</u></b>

- (i) As perdas de créditos esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo no início do exercício	325	325
(-) Baixas	(137)	-
(+) Adições	<u>664</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<b><u>852</u></b>	<b><u>325</u></b>

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Créditos a vencer	128	-
Créditos em atraso até 30 dias	138	824
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	-	46
Créditos em atraso mais que 180 dias	<u>1.610</u>	<u>1.894</u>
	<b><u>1.875</u></b>	<b><u>2.763</u></b>

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como política da Companhia o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

A Companhia em 31 de março de 2019 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

## 10 Estoques

	2019	2018
Produtos acabados:		
Açúcar	-	874
Etanol	1.413	3.205
Almoxarifado	7.121	4.973
Gastos Entressafra	15.261	17.046
	<u>23.796</u>	<u>26.098</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

## 11 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2019 a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 12.891 hectares de terras cultiváveis, sendo 14% em terras próprias, e 86% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionista e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as “plantas produtoras” são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	2019	2018
Saldo no início do exercício	30.117	36.842
Transferido da planta produtora	-	7.695
Transferido para a planta produtora	(7.695)	-
Aumento devido tratamentos culturais	22.485	21.563
Diminuição devido a colheita	(22.001)	(37.919)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(95)	1.936
	<u>22.812</u>	<u>30.117</u>
Saldo no final do exercício	<u>22.812</u>	<u>30.117</u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

### Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2019	2018
Área estimada de colheita (hectares)	12.891	12.834
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	75,02	74,06
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	132	125,04
Valor do Kg de ATR	0,65	0,62

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

#### **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

#### **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

#### **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

## **12 Adiantamentos a fornecedores**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Adiantamentos de cana - terceiros	16.553	11.384
Adiantamentos de materiais	796	137
	<u>17.349</u>	<u>11.521</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2019/2020.

## **13 Partes relacionadas**

### **a. Remuneração da alta administração**

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos Diretores no exercício foi de R\$ 687 (R\$ 741 em 2018). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

**b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		<u>2019</u>		<u>2018</u>	
		<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receitas/ (Despesa)</u>	<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receitas/ (Despesa)</u>
<b>Passivo circulante</b>					
Mútuo com parte relacionada					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>(6.587)</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
Aquisição Atividade Agrícola (ii)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	<u>(6.785)</u>	<u>-</u>	<u>(11.963)</u>	<u>-</u>
<b>Operações</b>					
Compra de cana de açúcar (i)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	<u>-</u>	<u>(2.488)</u>	<u>-</u>	<u>(4.241)</u>

**(i) Compra de cana de açúcar**

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

**(ii) Aquisição da atividade agrícola**

Refere-se ao saldo da aquisição da atividade de cultivo de cana de açúcar. Na operação foram adquiridos o imobilizado e o ativo biológico, transferidos todos os funcionários e assumido todo o passivo com fornecedores conforme determinado em contrato.

**14 Impostos a recuperar**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reintegra	2.524	3.208
IRRF	1.687	2.336
COFINS	565	5.040
IPI	286	291
PIS	121	1.255
ICMS s/ ativo imobilizado	<u>141</u>	<u>228</u>
	5.325	12.358
Ativo circulante	<u>5.273</u>	<u>12.220</u>
Ativo não circulante	<u>52</u>	<u>138</u>

## 15 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

### Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

	2019			2018	
	Saldo	Passivo	Resultado	Saldo	Resultado
<b>Passivo circulante</b>					
IRPJ e CSLL a pagar	(8)	-	-	(8)	-
<b>Tributos diferidos ativos constituídos sobre:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	106	-	106	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	290	-	179	111	-
Ajuste valor realizável estoques	-	-	(469)	469	469
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	28.260	(332)	9.780	18.812	9.098
Valor justo ativo biológico	32	-	32	-	-
Provisão para contingências	170	-	(61)	231	182
	28.858	(332)	9.567	19.622	9.749
<b>Tributos diferidos passivos constituídos sobre:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	37
Valor justo ativo biológico	-	-	658	(658)	(658)
Imobilizado - Custo atribuído	(24.216)	-	720	(24.936)	1.335
Imobilizado - Depreciação Econômica	(6.402)	-	(1.166)	(5.236)	(787)
	(30.618)	-	213	(30.830)	(74)
Tributos diferidos líquidos apresentado no passivo não circulante:	<b>(1.760)</b>	<b>(332)</b>	<b>9.780</b>	<b>(11.208)</b>	<b>9.674</b>

**Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL:**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.231)	(24.841)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	11.299	8.446
Exclusões (adições) permanentes	<u>(1.519)</u>	<u>(1.228)</u>
	<u>9.780</u>	<u>9.674</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>9.780</u>	<u>9.674</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	<u><b>9.780</b></u>	<u><b>9.674</b></u>
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>39%</u>

**Realização dos ativos fiscais diferidos:**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos em determinadas sociedades, incluindo ativos de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

<b>Exercícios</b>	<b>2019</b>
2020	2.177
2021	4.392
2022	4.455
2023	3.575
2024	4.391
2025	3.932
2026	3.569
2027	<u>2.367</u>
<b>Total</b>	<u><b>28.858</b></u>

## 16 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
<b>Em 01 de abril de 2017</b>	54.358	38.642	24.457	9.146	473	4.062	239	317		28.202	159.896
Adições		1.127	4.633	1.245		1.141	196	87	108	12.327	20.867
Baixas	(1.414)	(17)	(334)	(881)			(8)	(9)			(2.663)
Depreciação	(169)	(3.672)	(2.062)	(1.099)	(30)		(76)	(47)		(405)	(7.560)
Transferências	4	12.278	(8.677)	(160)	123	(3.657)	85	4			-
Transferências para circulante										(7.695)	(7.695)
<b>Em 31 de março de 2018</b>	52.778	48.358	18.016	8.251	567	1.546	436	352	108	32.429	162.842
Adições		352	3.111	414		4.542	62	57		17.916	26.454
Baixas		(10)	(1.325)	(223)			(8)				(1.566)
Depreciação	(141)	(3.664)	(2.183)	(1.012)	(33)		(92)	(47)		(13.848)	(21.021)
Transferências do circulante										7.695	7.695
<b>Em 31 de março de 2019</b>	52.637	45.034	17.619	7.431	534	6.088	398	362	108	44.192	174.405
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>											
Custo total	54.795	93.277	27.169	15.440	846	1.546	736	673	108	32.834	227.425
Depreciação acumulada	(2.017)	(44.920)	(9.153)	(7.188)	(279)		(300)	(321)		(405)	(64.583)
Valor residual líquido	52.778	48.357	18.016	8.252	567	1.546	436	352	108	32.429	162.842
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>											
Custo total	54.795	93.560	28.329	15.491	846	6.088	791	730	108	58.444	259.183
Depreciação acumulada	(2.158)	(48.526)	(10.710)	(8.060)	(312)		(393)	(368)		(14.253)	(84.778)
Valor residual líquido	52.637	45.034	17.619	7.431	534	6.088	398	362	108	44.192	174.405

### a. Garantia

Em 31 de março de 2019, R\$ 52.641 do ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Finame e capital de giro junto às instituições financeiras

### b. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 2018 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

## 17 Fornecedores

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores diversos	19.184	18.249
Aquisição atividade agrícola	6.785	11.963
Fornecedores de cana	2.934	4.300
Total	28.903	34.511
Passivo circulante	<b>22.118</b>	<b>27.255</b>
Passivo não circulante	<b>6.785</b>	<b>7.256</b>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

## 18 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 31 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Moeda nacional:</b>		
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a	671	3.778
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	52.751	49.691
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	2.621	12.450
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 4,6% a.a	30.900	-
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a e variação da TJLP	8.923	10.443
	95.867	76.362
<b>Moeda estrangeira:</b>		
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	24.450	19.982
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	7.907	4.137
Pré Pagamento de Exportação - PPE - 105% CDI + 8,35% a 9,5 % a.a	14.040	35.808
	46.396	59.928
Total	142.263	136.289
Passivo circulante	<b>91.734</b>	<b>88.180</b>
Passivo não circulante	<b>50.529</b>	<b>48.110</b>

Em 31 de março de 2019 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2019	2018
2019	-	39.156
2020	30.987	7.821
2021	18.335	606
2022	781	405
2023	274	122
2024	152	-
<b>Total</b>	<b>50.529</b>	<b>48.110</b>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

### Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira. Em 31 de março de 2019 a Companhia cumpriu todas as cláusulas exigidas.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total da dívida
<b>Dívida em 31 de março de 2017</b>	<b>53.912</b>	<b>63.719</b>	<b>117.631</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(62.545)	65.428	2.883
Captações	-	65.428	65.428
Amortizações	(62.545)	-	(62.545)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	98.812	(81.036)	15.776
Variações monetárias/Juros	15.776	-	15.776
Transferência para o circulante	81.036	(81.036)	-
<b>Dívida em 31 de março de 2018</b>	<b>88.180</b>	<b>48.110</b>	<b>136.289</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(122.234)	104.661	(17.572)
Captações	-	104.661	104.661
Amortizações	(122.234)	-	(122.234)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	125.788	(102.242)	23.546
Variações monetárias/Juros	23.546	-	23.546
Transferência para o circulante	102.242	(102.242)	-
<b>Dívida em 31 de março de 2019</b>	<b>91.734</b>	<b>50.529</b>	<b>142.262</b>

## 19 Debêntures a pagar

	2019	2018
Debêntures a pagar	22.593	30.019
<b>Total</b>	<b>22.593</b>	<b>30.019</b>
Passivo circulante	<b>6.343</b>	<b>6.269</b>
Passivo não circulante	<b>16.250</b>	<b>23.750</b>

Em 15 de março de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória a ser convolada em garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e a 2ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, a ser convolada em garantia real, em série única, para colocação privada, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$1.000,00 (Um mil reais), sendo que foram emitidas 29.500 (vinte e nove mil) na 1ª emissão e 500 (quinhentas) na 2ª emissão, totalizando R\$30.000, feita com a XP Investimentos CCTVM S/A.

A Emissão de debentures no valor de R\$30.000, possui prazo para pagamento de 4 (quatro) anos. Esses recursos foram utilizados para a operação industrial, o custeio agrícola, a renovação do canavial e a produção de açúcar e etanol.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela “Taxa DI”, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 4,00% a.a. (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou da Fiadora 1 e/ou de qualquer controlada direta ou indireta da Emissora e/ou da Fiadora 1 (“Controladas”);
- ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- liquidação, dissolução, insolvência ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer Controlada;
- pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- redução de capital social da Emissora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na Data de Emissão, nos termos da lei;
- cisão, fusão, incorporação (inclusive, incorporação de ações) ou qualquer outra espécie de reorganização societária possível (todos esses eventos, em conjunto, "Reorganização Societária") envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora;
- alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora.
- comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora e/ou por qualquer uma das Fiadoras nesta Escritura ou em qualquer outro documento da Emissão, ou de qualquer informação constante nos documentos relativos à Emissão;
- a Alienação Fiduciária de Imóvel e/ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios venha a se tornar comprovadamente ineficaz, inexecutável, bem como seja resilida, rescindida ou por qualquer outra forma extinta;
- os Direitos Creditórios se tornem ineficazes, inexecutáveis ou, por qualquer motivo, deixem de existir, exceto se novos direitos creditórios forem cedidos fiduciariamente, desde que aprovados pelos titulares das Debêntures;
- constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, usufruto, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade dos Imóveis alienados fiduciariamente, e/ou dos Direitos Creditórios;
- não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora ou qualquer de suas Controladas que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora e/ou qualquer de suas Controladas, ressalvada aquelas que estejam em fase de obtenção e desde que o pedido tenha sido feito dentro do prazo previsto na legislação específica;
- caso a Emissora realize quaisquer investimentos: (i) na expansão da capacidade de moagem do parque industrial da Emissora; e (ii) para aquisição de imóveis, exceto quando o montante aplicado na aquisição de imóveis não exceder o montante obtido com a venda de imóveis de propriedade da Emissora a partir da Data de Emissão. Poderão, no entanto, ser realizados investimentos (i) para manutenção do parque industrial e da frota de veículos da Emissora; e (ii) em ativos biológicos ou lavoura de cana-de-açúcar que componham o ativo imobilizado da Emissora;
- não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros (*covenants*), com base nos demonstrativos financeiros a serem apuradas com base no exercício social encerrado, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de março de 2019:

Covenant	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	$\leq 3,0x$	$\leq 3,0x$	$\leq 3,0x$	$\leq 3,0x$
Ativo Circulante / Passivo Circulante	$\geq 0,65x$	$\geq 0,90x$	$\geq 1,00x$	$\geq 1,00x$
Dívida Líquida	$\leq R\$ 150$ MM	$\leq R\$ 150$ MM	$\leq R\$ 150$ MM	$\leq R\$ 150$ MM
Dívida Líquida / Tonelada de Cana Moída	$\leq 115,0x$	$\leq 100,0x$	$\leq 100,0x$	$\leq 100,0x$

Para fins deste item acima, (i) “EBITDA” significa: sigla em inglês para “Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”, calculado pelo ajuste ao lucro líquido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido e adição da depreciação e amortização; e (ii) “Dívida Líquida” corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora (consolidado), não incluindo avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Companhia cumpriu todas as obrigações relacionadas ao cumprimento dos covenants.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Debêntures a pagar em 31 de março de 2017	-	-	-
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	-	30.000	30.000
Liberações	-	30.000	30.000
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	6.269	(6.250)	19
Variações monetárias/Juros	19	-	19
Transferência para o circulante	6.250	(6.250)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2018	6.269	23.750	30.019
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(10.263)	-	(10.263)
Amortizações	(10.263)	-	(10.263)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	10.336	(7.500)	2.836
Variações monetárias/Juros	2.836	-	2.836
Transferência para o circulante	7.500	(7.500)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2019	<u>6.343</u>	<u>16.250</u>	<u>22.593</u>

## 20 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS - parcelamento	7.058	1.912
INSS	429	481
ICMS	341	236
IPI (Glosa Créd. Presumido)	-	943
COFINS	209	260
PERT (Programa Especial Regularização Tributária)	91	-
IRRF	87	142
PIS	45	57
PIS/COFINS/CSLL	20	10
Outros	48	28
Total	<u>8.330</u>	<u>4.069</u>
Passivo circulante	<u><b>5.104</b></u>	<u><b>3.678</b></u>
Passivo não circulante	<u><b>3.226</b></u>	<u><b>391</b></u>

## 21 Provisões para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Cíveis	378	378
Trabalhistas	121	300
	<u>499</u>	<u>678</u>

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 3.122 (R\$ 964 em 31 de março de 2018). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo movimentação dos saldos das provisões de contingências:

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>2019</u>
Cíveis	378	-	-	378
Trabalhistas	300		(179)	121
<b>Total</b>	<b>678</b>	<b>-</b>	<b>(179)</b>	<b>499</b>
Cíveis	-	378	-	378
Trabalhistas	141	159	-	300
	<u>141</u>	<u>537</u>	<u>-</u>	<u>678</u>

## 22 Adiantamento de clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamento de clientes	4.460	19.297

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar na safra 2019/2020.

## 23 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de março de 2019, o capital social está representado por 59.987.075 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (R\$ 5.187.075 ações em 31 de março de 2018), pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84	3.890.306	75
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16	1.296.769	25
	<u>59.987.075</u>	<u>100</u>	<u>5.187.075</u>	<u>100</u>

Em Atas de Assembleias Extraordinárias realizadas em agosto de 2018 e março de 2019, a sócia Renata Sodré Viana Egreja Junqueira aprovou o aumento do capital da Companhia para R\$ 59.987, ou seja, um aumento de R\$ 54.800, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja subscrição e integralização foi efetuada da seguinte forma:

- a) R\$ 22.846 integralizados com o saldo em sua conta corrente em 17/07/2018;
- b) R\$ 17.154 integralizados em 16/08/2018 em moeda corrente nacional;

- c) R\$ 5.300 que serão integralizados em 20/12/2018 em moeda corrente nacional.
- d) R\$ 9.500 integralizados com aproveitamento de saldo em conta corrente na rubrica "Mútuo com partes relacionadas" em 29/03/2019 pela acionista.

#### **Ações ordinárias**

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

#### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

#### **Ajustes de avaliação patrimonial**

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

## **24 Receita operacional líquida**

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 7 (a).

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia estão descrito na nota explicativa nº 6. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram rerepresentadas para refletir os novos requisitos.

### **a. Fluxos da receita**

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita bruta fiscal	211.336	171.929
Impostos sobre vendas	(27.660)	(14.718)
	<u>183.677</u>	<u>157.210</u>

**b. Desagregação da receita de contratos com clientes**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas operacionais:		
Açúcar	58.068	100.638
Etanol	127.261	70.495
Soja - revenda ( <i>performance</i> )	24.666	-
Outras	1.341	795
	211.336	171.929
Total da receita bruta	211.336	171.929
(-) Impostos sobre vendas	(27.660)	(14.718)
	183.677	157.210
Total da receita líquida	<b>183.677</b>	<b>157.210</b>

**25 Custo dos produtos e mercadorias vendidos**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matéria prima fornecedores e própria	52.887	58.979
Mão de obra	22.300	26.029
Combustíveis e insumos	26.575	22.051
Entressafra	10.093	9.769
Serviços prestados por terceiros	8.828	10.326
Peças e acessórios	6.985	7.829
Depreciação	5.122	4.294
Outros custos	4.031	5.827
Frete	1.245	1.526
Mercadorias revendidas - Soja	25.518	-
	163.583	146.629
<b>Total</b>	<b>163.583</b>	<b>146.629</b>

**26 Despesas operacionais por natureza**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Serviços prestados	6.851	6.613
Fretes, transbordos e armazenagem	6.457	6.842
Despesa com pessoal	5.757	7.659
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	506	256
Provisão para perdas de crédito esperadas	664	-
Outras despesas	2.962	4.257
	23.196	25.627
	<b>23.196</b>	<b>25.627</b>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	8.775	7.806
Despesas administrativas e gerais	14.421	17.821
	23.196	25.627
	<b>23.196</b>	<b>25.627</b>

## 27 Outras receitas operacionais líquidas

	2019	2018
Ajuste a valor realizável dos estoques	1.379	-
Reintegra	64	-
Resultado na venda/baixa de ativos	(180)	282
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(30)	2.928
	<u>1.233</u>	<u>3.210</u>

## 28 Receitas financeiras

	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos	530	962
Rendimentos com aplicações financeiras	1.633	233
Descontos obtidos	946	426
Benefícios adesão ao PERT	400	-
Juros demais operações e descontos financeiros	106	291
	<u>3.615</u>	<u>1.912</u>

## 29 Despesas financeiras

	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos	2.004	(185)
Juros apropriados sobre financiamentos	16.408	13.268
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.889	766
Descontos concedidos	65	25
Juros demais operações	2.345	606
	<u>22.710</u>	<u>14.481</u>

## 30 Variação cambial líquida

	2019	2018
Variação cambial ativa	1.005	337
Variação cambial passiva	(13.176)	(2.708)
Variação cambial líquida	<u>(12.172)</u>	<u>(2.372)</u>

## 31 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>31 de março de 2019</b>							
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8.778	8.778	-	-	-
Aplicações financeiras	8	22.481	-	22.481	-	22.481	-
Contas a receber de clientes	9	-	1.023	1.023	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	17.349	17.349	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	503	-	503	-	503	-
Outros ativos		-	1.015	1.015	-	-	-
<b>Total</b>		<b>22.984</b>	<b>28.165</b>	<b>51.149</b>	<b>-</b>	<b>22.984</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e outras contas a pagar		-	28.903	28.903	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	142.263	142.263	-	142.263	-
Debêntures a pagar	19	-	22.593	22.593	-	22.593	-
Adiantamentos de clientes	22	-	4.460	4.460	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	200	200	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	815	-	815	-	815	-
<b>Total</b>		<b>815</b>	<b>198.419</b>	<b>199.234</b>	<b>-</b>	<b>165.671</b>	<b>-</b>

31 de março de 2018	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	16.931	16.931	-	-	-
Aplicações financeiras	8	15.747	-	15.747	-	15.747	-
Contas a receber de clientes	9	-	2.438	2.438	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	11.521	11.521	-	-	-
Outros ativos		-	1.510	1.510	-	-	-
<b>Total</b>		<b>15.747</b>	<b>32.400</b>	<b>48.147</b>	<b>-</b>	<b>15.747</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e outras contas a pagar		-	34.511	34.511	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	136.289	136.289	-	136.289	-
Debêntures a pagar	19	-	30.019	30.019	-	30.019	-
Adiantamentos de clientes	22	-	19.297	19.297	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	6.587	6.587	-	-	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>226.703</b>	<b>226.703</b>	<b>-</b>	<b>166.309</b>	<b>-</b>

**b. Mensuração do valor justo**

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 2019 e 2018, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

**Visão geral**

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**d. Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue :

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.162	28.578
Contas a receber de clientes	9	1.023	2.438
Outros ativos		1.015	1.510
		<u>30.200</u>	<u>32.526</u>

Em 31 de março de 2019 e 2018, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	<b>2019</b>				
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>Mais que 2 anos</u>
Fornecedores	28.903	22.118	6.785	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	142.263	102.787	34.860	19.548	1.339
Debêntures a pagar (*)	22.593	9.674	8.918	8.128	-
Adiantamentos de clientes	4.460	4.460	-	-	-
<b>Total</b>	<b><u>198.219</u></b>	<b><u>139.040</u></b>	<b><u>50.564</u></b>	<b><u>27.677</u></b>	<b><u>1.339</u></b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

	<b>2018</b>				
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>Mais que 2 anos</u>
Fornecedores	34.511	27.255	7.256	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	136.289	87.428	42.443	18.119	1.148
Debêntures a pagar (*)	30.019	9.983	9.307	8.522	7.793
Adiantamentos de clientes	19.297	19.297	-	-	-
<b>Total</b>	<b><u>220.116</u></b>	<b><u>143.963</u></b>	<b><u>59.006</u></b>	<b><u>26.641</u></b>	<b><u>8.941</u></b>

(\*) Os valores de Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o aging apresentado nos quadros.

### **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

### **Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do Hedge natural existente entre os contratos de exportação que conseqüentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, a avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra.

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2019, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2019 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

	Alta		Baixa	
	25%	50%	25%	50%
<b>Instrumentos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	(11.599)	(23.198)	11.599	23.198
NDFs	(25.245)	(50.490)	25.245	50.490
	(36.844)	(73.688)	36.844	73.688

### **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

### **Perdas por redução no valor recuperável**

Na data do balanço a Companhia possuía somente R\$188 a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a recebíveis.

### Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

### Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos	(142.263)	(136.289)
Debêntures a pagar	(22.593)	(30.019)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	28.162	28.578
(=) Dívida líquida (A)	(136.694)	(137.730)
Total do patrimônio líquido (B)	66.915	33.060
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(2,04)	(4,17)

### Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018 que afetaram a demonstração de resultado:

<b>Resultado de operações mantidas para negociação</b>	<b>Valor nocional</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	25.914	815	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's		(503)	-

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

## 32 Compromissos

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2023/2024. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

<b>Safra</b>	<b>Volume (toneladas)</b>
2019/2020	82.781
2021/2022	70.000
2022/2023	70.000
2023/2024	50.000
<b>Total</b>	<b>272.781</b>

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2019 podem ser assim determinados:

	<u>Toneladas de cana-de-açúcar</u>	<u>Valor</u>
2019	637.252	34.615
2020	662.376	36.074
2021	678.292	37.058
2022	687.963	37.656
<b>Total</b>	<b><u>2.665.884</u></b>	<b><u>145.403</u></b>

### **33 Aspectos ambientais**

As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### **Diretoria**

Renata Sodré V. E. Junqueira  
CPF: 126.362.988-19  
Diretora Financeiro Administrativa

Ricardo Martins Junqueira  
105.230.028-66  
Diretor Industrial

#### **Contador**

Enio Aparecido Oliveira do Nascimento  
CPF: 313.285.588-00  
CRC 1SP320.440-O/7

\* \* \*